

Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses

Éllida Neiva Guedes*
Universidade Federal do Maranhão

Índice

Introdução	1
1 Conceitos de espaço público em Habermas	2
2 A pluralidade do espaço público contemporâneo	7
Conclusão	13
Bibliografia	15

Resumo

Aborda-se o conceito de espaço público, de Jürgen Habermas à contemporaneidade. Discutem-se as transformações ocorridas no espaço público, que o configuraram como lugar de múltiplas vozes. Apresenta-se a concepção plural do espaço público como uma forma de expressão da complexidade contemporânea. Debatem-se novas formas de participação e representação dos atores sociais e o papel da internet no processo de reconfiguração do espaço público.

Palavras-chave: Espaço público, contemporaneidade, participação, internet, pluralidade.

*Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (Brasil). Doutoranda em Letras na Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Isabel Ferin Cunha.

Introdução

A dinamicidade própria do processo evolutivo social, cultural, tecnológico, político e econômico reconfigura, redimensiona e refuncionaliza o espaço público¹. Tal cenário impõe à sociedade contemporânea a necessidade de repensar esse lugar de discussão e de refletir, à luz dos fatores que o impactam e o redefinem, sobre os modos como, nele, os atores sociais se organizam e atuam.

Este artigo objetiva discutir o conceito de esfera pública, do modelo burguês de Habermas à contemporaneidade, contextualizando as mudanças ocorridas. Abordam-se os aspectos que tornam plural o espaço público da atualidade, finalizando-se com reflexões sobre a internet nesse contexto. Para tanto, baseia-se em Jürgen Habermas (1997,2003) e em outros autores, principalmente, Nuria Grau (1998), Bernard Miège (1999), Dominique Wolton (1999, 2005, 2006), John Thompson (1998), Wilson Gomes (1998, 2006), Maria João Silveirinha (2004, 2009) e João Pissarra Esteves (2007).

¹ Usar-se-ão neste artigo as expressões espaço público e esfera pública como sinônimas.

1 Conceitos de espaço público em Habermas

Na Idade Média, não havia separação entre as esferas pública e privada, já que não ocorria a discussão pública - a representação pública não era discernível da representação privada. O conceito de representatividade pública vinculava a autoridade ao senhor feudal, ao rei, ao sacerdote. Estava relacionado, portanto, ao cargo, aos atributos da soberania, à hereditariedade, ao *status* da pessoa e não a um setor social (Habermas, 2003).

Grau (1998) diz que a separação entre o Estado e a sociedade e, em consequência, entre as esferas pública e privada, aconteceu no processo de construção da sociedade moderna. Destaca, ainda, que o único significado que pode sobreviver do público (coisa pública), uma das categorias mais antigas do pensamento político, é o de coisa comum, coletivo, de interesse ou de uso comum - portanto, visível a todos. A noção de coletividade dá à coisa pública uma conotação política. Segundo a autora, a maioria dos teóricos contemporâneos circunscreve a coisa pública a “o que pertence ao Estado”, este assumido como a esfera de realização da coisa pública.

Com a separação entre o Estado e a sociedade, a autoridade despersonificava-se, dando lugar a uma nova representatividade pública – o uso público da razão -, o que implicava comunicar publicamente os pensamentos, por meio de um discurso racional. A publicidade crítica substituía a publicidade representativa e desse confronto surgia a esfera pública liberal, fundada na conversação crítica dos indivíduos entre si, onde as coisas se verbalizavam e se configuravam

publicamente, em um movimento contrário à política de segredo de Estado.

A esfera pública burguesa, na concepção de Habermas (2003:42),

[...]pode ser compreendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social[...].

Resultado da refuncionalização da esfera pública literária, a esfera pública burguesa era uma instância de reivindicação de poder. Afirmava-se frente ao poder público de então como a caixa de ressonância dos interesses burgueses, em oposição às diretrizes daquele poder. Tratava-se de um “[...]fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública[...].” (Habermas, 2003:40). Fundamentava-se na separação entre a esfera pública e a privada, mediando-as, mas sem confundir-se nem com o poder do Estado, nem com a economia do mercado.

A esfera pública burguesa, portanto, constituía-se no *locus* de exercício da problematização e da crítica de atores livres contra o poder do Estado, com a finalidade de pressioná-lo e de interferir nas decisões sobre as políticas públicas, em direção aos anseios, expectativas e interesses universais. Através do diálogo e do confronto de diferentes argumentos e pontos de vista entre

as pessoas privadas (proprietários) reunidas em salões e cafés, os assuntos de interesse geral discutidos, até então monopolizados pela Igreja e pelo Estado, adquiriam caráter público.

Silva (2002) aponta dois sentidos para o termo público, nesse contexto: no significado e validade, ou seja, de interesse universal, comum a todos; e na acessibilidade – aberto a quem quisesse participar da discussão. Entretanto, na esfera pública burguesa, tal processo tinha como atores um público exclusivamente masculino e de elite, já que a oportunidade de publicizar opiniões, discuti-las e adotar o melhor argumento era restrita aos homens instruídos e detentores de meios financeiros, excluindo mulheres e escravos. Observa-se, assim, um contrasenso no que tange à acessibilidade universal. A hegemonia da emergente burguesia sobrepuja-se à hierarquia social, poderosa economicamente, mas desprovida de poder político.

A esfera pública burguesa apresentava uma idéia de oposição à dominação do Estado e de reivindicação de poder, mas sua base social não permitia o fim da dominação. Carregava “[...]uma *contradição iminente: a sociedade civil busca se apropriar da esfera do poder político para regular e garantir a própria esfera de interesses privados*[...]”² (Lubenow, 2007:18). Espaço de representação dos proprietários, universalizava unicamente os interesses particulares desses.

Para Thompson (1998:69), Habermas (2003) não observou em sua tese a relação quase sempre conflituosa entre a esfera pública burguesa e os movimentos sócio-populares, tendo sido negligente quanto à

importância de outras formas de discurso e atividades públicas que existiram, na Europa, nos séculos XVII, XVIII e XIX, “[...]que não fizeram parte da sociabilidade burguesa, e em alguns casos dela foram excluídas ou a ela se opuseram”. O autor diz ainda que:

Da mesma forma que a esfera pública burguesa emergente se definiu em oposição à autoridade tradicional do poder real, assim também se confrontou com o levante dos movimentos populares que ela procurou conter (ibid.).

O conceito habermasiano de esfera pública, portanto, é excludente, visto que se tratava de um espaço, dito público, mas voltado para os interesses e valores de uma classe emergente na sociedade – um debate entre iguais, da sociedade “oficial”. Nesse sentido, não se constituía um modelo ideal, apesar da autoridade legítima gerada pela articulação do interesse geral autêntico ser “[...]um princípio que se manteve durante séculos, constituindo hoje um ideal nas democracias de massa contemporâneas” (Silveirinha, 2004: 206).

Em entrevista a uma revista acadêmica brasileira, Wolton (2005:11) faz uma comparação entre ele e Habermas:

Para Habermas, [...]o espaço público é limitado, a comunicação é limitada às elites e, de fato, a sociedade era controlada pelo espaço público e pelas elites. Eu tenho uma visão muito mais da sociedade de massa, da abertura e então eu penso que o papel da

² Grifos do autor.

comunicação é ainda mais importante porque ela é justamente o espaço que permite que os pontos de vista contraditórios se expliquem, exponham-se claramente e, de uma certa maneira, pela violência das palavras se impede a violência dos golpes. Então, eu sou habermasiano, mas muito mais em uma lógica de sociedade aberta e de democracia de massa com relação a ele que ficou muito mais restrito a uma democracia de elite. Eu acredito que a democracia de massa hoje não tem nada a ver, ou melhor, não tem grande coisa a ver com o contexto intelectual no qual estava inscrito Habermas. Habermas era um alemão fascinado pela violência do fascismo, enquanto eu sou um francês que faz parte de um outro mundo, apesar das guerras e dos conflitos.

Wolton (2006) construiu a expressão democracia de massas para dar conta da sociedade contemporânea, onde coabitam a valorização do indivíduo e da massa, a liberdade e a igualdade - dois elementos estruturais normativos e contraditórios.

Habermas (2003) demonstra, entretanto, que, à medida que o setor público se imbricava com o privado, a esfera pública burguesa deixava de existir. A imprensa de opinião, artesanal e polêmica, do século XVIII, que alimentava a discussão em salões e cafés era substituída, no século XIX, pela imprensa comercial, comprometida com os interesses mercadológicos. No século seguinte, a televisão passava a aliar infor-

mação e entretenimento, diminuindo o espaço para a argumentação. Surgiam, ainda, as relações públicas, aliadas aos meios de comunicação de massa e voltadas para a adesão de simpatias para assuntos de interesses privados, com tom de público (Miège, 1999). Esses são aspectos determinantes para as mudanças sofridas pelo espaço público.

A vinculação e a submissão da esfera pública aos meios de comunicação de massa, que antes intermediavam os interesses públicos e privados e agora apresentavam uma dimensão comercial e mercantilizada da informação, marcavam a degeneração e a despolitização da esfera pública moderna. Sobrevivia, porém, o espaço de publicização, mas já sem o poder do debate. A imprensa tornava-se o símbolo do declínio da esfera pública.

A esfera pública perdia sua função de mediadora entre o Estado e as necessidades da sociedade. Chegava ao fim a autonomia da esfera privada e da relativa homogeneidade das pessoas privadas intelectualizadas que caracterizava a esfera pública burguesa. Os interesses já não eram públicos e sim de grupos privados, representados por associações e partidos, que internamente passavam a exercer o poder em um jogo com o aparelho do Estado e que buscavam um assentimento ou tolerância dos públicos mediatizados.

A publicidade comercial invadia a esfera pública, facilitada pelo alcance e eficácia dos meios de comunicação de massa e pela penetração, naquela esfera, dos interesses privados organizados. Os *mass media* localizavam-se na esfera do intercâmbio de mercadorias, o que denotava a orientação econômica do mercado e os tornavam mais vulneráveis aos interesses privados.

Com a interpenetração do político e do

econômico, os públicos, entendidos como indivíduos dotados de liberdade de opinião e de capacidade argumentativa em direção ao consenso, deslocavam-se para um papel marginal, sem poder nem autonomia, sendo, eventualmente, chamados para participar, através do sistema eleitoral. Aqueles indivíduos deixavam sua condição de públicos, na acepção citada, e tornavam-se destinatários de uma publicidade manipulativa de opiniões, que nada mais tinha a ver com o estímulo à racionalização do viés crítico da publicidade.

A imprensa, que teve sua origem e existência vinculadas à esfera pública burguesa, ao se subordinar à mercantilização, refuncionalizava aquela esfera. O público leitor dava lugar ao consumidor. A publicidade, antes crítica, contrária à política do segredo e desmistificadora da dominação política, passava ela própria a instrumento de dominação e mecanismo de guardar segredos, ao tornar público somente o que era de interesse de grupos privados. A crítica havia sido o caminho para a burguesia chegar ao poder. Agora essa já não precisava ser crítica e nem sustentar uma esfera pública crítica.

Modificavam-se as condições sob as quais o poder era exercido. A imprensa – na verdade os proprietários dos meios de comunicação –, ao deter o controle da informação, ganhava posição privilegiada no exercício do poder no espaço público e substituíam os cafés e salões. De uma esfera pública crítica, limitada à burguesia, passava-se a uma esfera pública manipulada e sedutora, cuja opinião “pública” era construída de acordo com interesses de grupos específicos. O domínio da esfera pública era das organizações de interesses privados, que se utilizavam de estratégias comunicacionais para alcançar a visibi-

lidade necessária. O público decidia apenas através do voto:

[...]Do público dessa esfera social se solicita a participação tão-somente para assentir plebiscitariamente, ou pelo menos, tolerar posições que, de maneira não pública apresentaram-se na esfera pública. As posições ainda têm que ser mediadas discursivamente, mas não no *interior* da esfera pública e sim *para* a esfera pública. A discursividade já não é mais um critério para garantir que uma posição se exponha ao crivo da racionalidade, à comunicação pública; a discursividade agora serve para que uma posição consiga a boa vontade do público. Tratava-se de discussão. Trata-se de sedução; tratava-se de crítica, agora, de manipulação” (Gomes, 1998: 163).

A partir da obra “Direito e democracia: entre facticidade e validade”, nos anos de 1990, Habermas (1997) passa a enfatizar uma concepção de público pluralista, capaz de elaborar resistência às representações dos meios de massa e de criar suas próprias intervenções. Tal concepção abre caminho para o reconhecimento de esferas públicas alternativas e periféricas. A esfera pública deixa de ser vista como um elemento unitário e indivisível da sociedade ou como uma caixa de ressonância passiva da cultura dominante. Ao invés disso, uma diversidade de fóruns de discussão convive com uma esfera pública geral, ainda dominada pelos interesses dos meios de comunicação de massa e do capital.

Habermas (1997) trata de uma esfera localizada entre as administrações públicas e as organizações privadas, formada por campos políticos que tematizam questões sociais, colocam exigências políticas, articulam interesses e influenciam a formulação de políticas. Essa esfera intermediária é composta por grupos de interesses públicos, uniões políticas, instituições culturais, instituições de caridade, academias. Tais associações formadoras de opinião e, em geral, especializadas em exercer influência política, fazem parte da dimensão civil de uma esfera pública geral. A influência pública de tais grupos está nos fluxos de comunicação por eles produzidos.

No conceito de esfera pública revisado, inscreve-se a obrigatoriedade de identificar e de tematizar os problemas do mundo da vida, de forma eficiente para que eles sejam assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. As organizações da sociedade civil captam as demandas periféricas nas esferas privadas, dão visibilidade a elas ao furarem o cerco dos meios de comunicação de massa e as transmitem para a esfera de deliberação política, colocando, assim, os problemas existentes na sociedade como um todo à luz da discussão pública. A esfera pública passa a ser descrita por Habermas (1997) como uma rede de comunicação de conteúdos, de tomadas de posição e de opiniões, em sintonia com a prática comunicativa cotidiana.

Observa-se, pois, a ampliação do espectro de possibilidades de participação e de deliberação públicas, para além da classe burguesa da concepção inicial de Habermas, com abertura para segmentos da sociedade civil. Alarga-se a influência das esferas informais do mundo da vida na formação da opinião pública e nas mudanças do rumo do

poder político. A tematização de questões de interesse do bem estar social por organizações específicas provoca a demarcação de novos espaços participativos e, por conseguinte, a ampliação do jogo de disputa entre interesses e opiniões e a possibilidade de ocorrência do conflito.

A admissão de novos interlocutores, o estabelecimento e a ampliação do diálogo e a abertura de canais de comunicação entre o Estado e a sociedade modificam as formas de reivindicar, de administrar os conflitos e de legitimar interesses, enfim, reconfiguram o espaço reconhecido para a participação política. Amplia-se a oportunidade de colocação de posições e contra-posições “[...]em várias arenas, por vários instrumentos e em torno de variados objetos de interesses específicos[...]” (Gomes, 1998:155).

O espaço público, originalmente um lugar físico comum de discussão, com os *mass media* (e com os avanços tecnológicos posteriores), foi “desterritorializado”, já que os envolvidos não necessitam mais do compartilhamento físico-temporal para o debate. Thompson (1998:19) diz que “[...]o desenvolvimento da mídia (entrelaçado com outros processos de desenvolvimento) transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólico no mundo moderno”. Este intercâmbio, aspecto central das sociedades, é uma

[...]reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os

indivíduos se relacionam entre si (ibid.).

Sobre os media, Wolton (2006: 93) entende que esses

[...]assumem o seu papel quando organizam as controvérsias. No passado, deviam[...] estabelecer mais fluxo de circulação entre os diferentes elementos da sociedade. Hoje, devem[...]permitir expor e compreender os contrastes das lógicas constitutivas da realidade[...]fornecendo pontos de referência necessários mais numerosos do que no passado, e indispensáveis numa sociedade aberta e mais frequentemente multicultural[...].

2 A pluralidade do espaço público contemporâneo

Enquanto a imprensa originou a esfera pública única e burguesa do século XVIII, o fenómeno multimédia – ou a mediação facilitada pelas tecnologias –, a partir da segunda metade do século XX, somado a outras variáveis, contribui para a pluralização do espaço público contemporâneo. As inúmeras formas de comunicação e de informação que o atravessam e o sustentam permitem a compreensão de um mundo que vai além das experiências pessoais e o transformam em um campo de muitas vozes, em uma arena de interesses convergentes e divergentes. O espaço comunicacional mudou e, hoje, é expandido pela tecnologia, que pode gerar espaços públicos parciais.

Para compreender a esfera pública contemporânea, Miège (1999) lembra os quatro modelos de comunicação adotados pelas sociedades democráticas, que contribuíram para a organização do espaço público – a imprensa de opinião e polémica, em meados do século XVIII; a imprensa comercial, orientada para o lucro, menos polémica e dissimulada sob o formato e a difusão de informações, a partir dos meados do século XIX; as mídias audiovisuais de massa, em especial a televisão, desde a segunda metade do século XX, que teve seu desenvolvimento ligado quase organicamente ao da publicidade comercial e à ascensão das técnicas de marketing na comunicação social; e as relações públicas generalizadas no final dos anos de 1970, que usavam técnicas e estratégias de sedução e constituíam-se em elementos de reafirmação de dominação para as grandes organizações, as multinacionais, os partidos políticos dominantes e os Estados.

Miège (1999) evidencia, ainda, para o entendimento do processo de mudanças no espaço público, a percepção de três “lógicas sociais”: as técnicas da comunicação (ou do marketing) política, consideradas por muitos autores, mas criticadas por ele, como a via modernizadora da vida política e organizadora do espaço público; a penetração do espaço público na esfera privada, representada pela individualização das práticas culturais e comunicacionais, já que cada indivíduo é levado a se pensar como ser social e a adotar, pela socialização, as normas de pertencimento social; a dimensão mercantil do espaço público e a metáfora da contaminação, como se ainda fosse concebível um espaço público político “puro e perfeito”. O autor enfatiza a função das técnicas de comunicação de empresa para mobilizar as e-

nergias “participativas” ao serviço de reorganização do trabalho e de melhorar a imagem das empresas, acentuando, inclusive, o lado “cidadão” dessas.

Fundamentado nesse processo de mudanças, Miège (1999: 10) explica que

[...]o espaço público se perpetua (ainda que sua função de facilitador do debate e das trocas de opiniões, bem como o uso das práticas argumentativas tenham diminuído); que ele se amplia (todas as classes sociais são partícipes, porém de modos diversos); que suas funções se estendem regularmente (as lógicas sociais que o trabalham estão na origem desta extensão); e que ele tem a tendência de se fragmentar.

Para Grau (1998), a ampliação do espaço público é uma decorrência do fortalecimento da sociedade, a partir da renovação dos sistemas de intermediação, representação e participação social e da publicização da administração pública. Ambos são determinantes para a quebra de monopólios do poder político e das lógicas da ação social. A sociedade civil, para a autora, implica a existência de um “setor intermediário” – as instâncias de representação, negociação e interlocução social - e um “terceiro setor” – a esfera de satisfação de necessidades públicas pela sociedade. Assim, com origem nesta, desencadeiam-se os processos de ampliação e recuperação da esfera pública, revelando que a participação cidadã é a via para a crítica e controle sobre o Estado.

Há espaço público “[...]sempre que todos os afectados em geral pelas regras de acção

sociais e políticas se envolvem em discurso prático para testar sua validade” (Silveirinha, 2004: 206). Trata-se de uma multiplicidade de públicos, de dimensões diversas, que praticamente equivale a quantas redes de comunicação se formem em torno de interesses especializados, afastando-se de um discurso comum. Depreende-se desse raciocínio que os âmbitos de discussão compõem-se todas as vezes que os indivíduos questionam argumentativamente os interesses públicos ou as decisões que lhes afetam.

Nesse cenário, Linhares (2006: 169) destaca que:

Diferentemente da sociedade moderna, onde o espaço público era o lugar de busca de consenso, que padronizava e categorizava os desejos privados tornando-os públicos e descentrando-os para a sustentação e justificação do poder, atualmente a sociedade não procura o consenso pelo igual, absoluto e universalizante. Nesse sentido, desenvolve-se o esforço de conviver e aceitar o diferente, o grupal, o gênero, a etnia, a diversidade.

Com base em Miège, Rezende (2005:180) diz que o espaço público contemporâneo

[...]significa o modo como se negociam os saberes e poderes, ou ainda, a maneira como se articulam forças e interesses em um mundo regido pelos meios de comunicação: ele é, por tudo isso, o espaço cuja nova norma é o conflito

Isso porque, para o autor, a esfera pública é o espaço de negociação entre os sujeitos-narradores das histórias contemporâneas. Ele nasce e sobrevive das relações entre o sujeito Estado e outras formas de poder – o mercado, os comunicadores, os meios de comunicação, os movimentos sociais. O conflito rege a contemporaneidade, porque, ao contrário da sociedade das massas, onde os sujeitos não são atores, já que não têm capacidade de ação, “[...]o homem contemporâneo se faz sujeito exclusivamente pela via da ação[...]” (Rezende, 2005:185), tem voz ativa, trazendo consigo divergências e desacordos.

Silverinha (2004: 212) pondera, e essa é a perspectiva deste artigo, que

[...]A inclusão de todos os interesses num só espaço é impossível em sociedades caracterizadas por privilégios de classe, raça e gênero, pelo que é necessário aos grupos não-dominantes saírem das correntes dominantes para enclaves separados onde podem desenvolver as suas próprias vozes e descobrir os seus próprios interesses[...].

A pluralidade de espaços públicos retrata a “[...]realidade social, em que classes e setores sociais diversos vivem e se relacionam[...]” (Silverinha, 2004:201-202).

Keane (2001:194-195) afirma que o espaço público indica pluralidade e fragmentação, diante de uma multiplicidade de espaços de comunicação ligados em rede, não mais limitados à territorialidade e que

[...]por isso rodeiam e fragmentam irreversivelmente qualquer coisa

que anteriormente se assemelhasse a uma única esfera pública espacialmente integrada[...]. O ideal de uma esfera pública unificada e a visão a ela correspondente de uma república territorialmente limitada de cidadãos que se empenham em viver à altura da sua definição do bem comum são obsoletos[...].

Miège (1999) considera que, dentre os movimentos do espaço público por ele observados – a perpetuação, a ampliação e a fragmentação, esta última é a que deve ser mais questionada, uma vez que é uma tendência que repousa sobre: uma assimetria crescente - os indivíduos, por estarem cada vez mais ligados às tecnologias da comunicação encontram-se em uma situação de “interação parcial”; o contentamento de certas categorias sociais com uma audiência mais ou menos regular do jornal televisivo e uma crescente desigualdade de acesso aos meios modernos de comunicação, o que coloca mediadores “super-equipados”, de um lado, e, de outro, uma maioria de excluídos que se satisfazem com meios generalistas de massa. Ele destaca, ainda, a sofisticação crescente da gestão do consenso social e cultural, por meio das relações públicas generalizadas, que exprimem, menos que a imprensa de massa, as diferenças, os conflitos e as oposições.

Entretanto, apesar da coerência do raciocínio de Miège (1999), percebe-se a referida fragmentação de outro posto de observação. A “divisão” de um espaço público único em uma variedade de arenas decorre da multiplicidade de públicos e de demandas de um contexto histórico diferente. Ver-se nesse fenômeno uma possibilidade

de fortalecimento da participação pública no debate dos assuntos da sociedade e de interpelação no processo decisório público e não, necessariamente, o enfraquecimento do espaço público, como parece expressar o uso do termo fragmentação por Miège.

As principais formas de expressão da esfera pública, a partir da década de 1970, passaram a ser as organizações-não-governamentais e as “[...]“associações voluntárias” ou, em geral, os movimentos sociais, como o coração institucional da sociedade civil, chave ao mesmo tempo da recomposição do espaço público” (Grau, 1998: 27). Tal recomposição remete, assim, a todas as instâncias representativas de interesses, resgatadas (e ampliadas) a partir da concepção de esfera pública de Habermas, após 30 anos da elaboração do conceito e análise da decadência da esfera pública burguesa.

São instâncias não mais ligadas ao compartilhamento local, que formatam outros tipos de relações sociais, de modos de ação e de interação e de exercício dos direitos civis. Configuram novas formas de poder, cuja posição no espaço público relaciona-se com os recursos técnicos, o conhecimento e o prestígio empregados na relação com o outro, para influenciar pessoas e grupos. Representam vontades coletivas, em busca de consensos grupais e formam-se consoante as demandas de interlocução, de discussividade e de negociação de interesses e matérias dos sujeitos de cada temporalidade. Os organismos representativos do mundo da vida são proporcionais à complexidade da sociedade, onde os atores constroem “[...]novas formas de pertencer ao grupo mais próximo de satisfação de seus desejos e necessidades econômicas, sociais, políticas e principalmente culturais” (Linhares, 2006:161).

Wolton (1999:199), em sua lógica de democracia de massas, compreende o espaço público “[...]com um número bastante superior de actores interventores de forma pública, uma omnipresença da informação, das sondagens, do marketing e da comunicação”. Refere-se a sujeitos capazes de construir a própria opinião, que reconhecem o outro e acreditam no poder da argumentação. O espaço público requer tempo para se formar, um vocabulário e valores comuns, diz ele, e “[...]Simboliza a existência de uma democracia com a expressão contraditória das informações, das opiniões, das ideologias[...]” (Wolton, 2006: 178).

Adota-se, neste artigo, a concepção da pluralidade de espaços públicos como a “fragmentação” da esfera pública em arenas de representação de interesses legítimos, orientadas pela relação entre necessidades e recursos disponíveis e permeadas por relações de poder. São lugares especializados de interlocução social e de negociação que se organizam na sociedade civil – e, ao mesmo tempo, organizam-na -, movimentam-se pelos interesses coletivos e buscam influenciar e pressionar o poder público. Trata-se de instâncias de mediação, que podem ser locais, nacionais ou internacionais, que coabitam e até podem sobrepor-se no caminho para os centros decisórios. Cabem a elas, além da tematização, a discussão, a apresentação de contribuições e o encaminhamento às instituições de decisão. Por isso, precisam ser autônomas e ter visibilidade.

O espaço público contemporâneo equipara-se, assim, a um campo de interesses e de disputa, onde o conflito e a obrigatoriedade da negociação são iminentes. A dicotomia conflito x negociação está posta em um mundo plural em saberes,

mediado e impactado pelas tecnologias da comunicação, onde surgem novos espaços participativos, novos mecanismos de controle e novas vozes.

2.1 Internet e espaço público

As redes tecnológicas de comunicação, em tese, fazem o que o espaço público, amparado pela interação face-a-face, já não pode mais realizar. Vive-se uma época de relações mediadas, em substituição às relações diretas, e essa mediação tecnológica, representada especialmente pela internet e suas ferramentas, multiplica as relações sociais (Thompson, 1998).

Ao considerar a esfera pública como a dimensão do debate ou do conflito argumentativo público, já não como a praça, o local físico, mas como o próprio debate que nela acontece, para Gomes (2006) a internet constitui-se em uma esfera pública.

Segundo Esteves (2007: 210), entretanto, a internet é fantasia e ilusão, pois, de fato, até agora nenhum milagre político aconteceu nem

[...]nada que nos permita acreditar que estamos na eminência, ou que seja sequer exequível, que todos nós, de um momento para o outro, vamos passar a discutir e decidir sobre tudo[...].

Porém, o autor reconhece que o caráter mais inclusivo das novas formas de interação poderão vir a complementar ou a corrigir, num certo sentido, as redes de interação mais convencionais. Daí poderá decorrer maior participação cívica nos processos de decisão e os recursos desse meio poderão permitir

“[...]um certo aperfeiçoamento da democracia” (Esteves, 2007: 221).

Da mesma forma, Silveirinha (2009:s/p) enfatiza as formas de sociabilidade oferecidas pela internet, com todas as potencialidades positivas das antigas comunidades, em especial no que se refere ao sentido relacional e de proximidade com os outros, o que dá oportunidade aos indivíduos de se relacionarem com mais pessoas, alimentando um certo sentido de vida coletiva. Mas, destaca que

[...]relações democráticas, a constituição de um espaço público, onde todos têm acesso ao debate racional de temas de interesse universal, não decorrem naturalmente das “facilidades tecnológicas”. Nem tão pouco, as comunidades virtuais representam públicos, fundadas na razão, discussão, consenso e mudanças.

A autora coloca, assim, como pouco consistente a contribuição dessa tecnologia para a criação de novos tipos de comunidades e para a expansão de novas práticas democráticas baseadas em princípios de discursividade.

Wolton (2005) vê a internet como um sistema de informação interativo, que permite a milhares de pessoas acessar as informações, e reconhece a liberdade da interatividade. Mas diz que essa tecnologia não é uma mídia de massa. A televisão e o rádio remetem à lógica da oferta, enquanto a internet para a lógica da procura. No entanto, complementam-se entre si e são objeto da escolha do indivíduo de acordo com “[...]a natureza dos serviços e preferências[...]sem

que se instale qualquer hierarquia rígida nestas escolhas[...]”(Wolton, 1999: 75).

As tecnologias de comunicação disponíveis permitem a exposição de problemas de cunho social, político, econômico e cultural, a convivência com o novo e o diverso e a descoberta de diferentes modos de enfrentamento. Desse cenário podem emergir espaços públicos parciais, livres de uma concepção política institucionalizada. As interações e mediações que se dão no âmbito das tecnologias modificam a socialização e correspondem a uma condição essencial para a emergência de espaços públicos. O homem passa a ocupar mais espaços e isso o fortalece em suas ações.

Entretanto, trata-se de possibilidade, de processo em andamento, ainda sem a concreticidade necessária para que se possa dizê-lo eficaz e democrático. Lembra-se que as informações estão disponíveis, mas precisam ser acessadas e nem todos dispõem de tal possibilidade ou interesse. Além disso, a ampliação das relações sociais pode não significar, necessariamente, relevância política.

Com base nesse raciocínio, observa-se, nesse ambiente de redes de comunicação, o que Gomes (2006: 58) chama de esfera de visibilidade pública:

[...]o repertório de idéias, opiniões, noções, informações e imagens que constitui o conhecimento comum sobre a esfera política e os negócios públicos[...]uma espécie de esfera pública expositiva, que contrasta com a esfera pública discursiva[...]que nem se orienta pelos valores democráticos, nem pelo serviço ao interesse público[...]. A sua forma predomi-

nante é dominada pela indústria da informação[...].

A migração de áreas diversas para o ciberespaço e o resgate à dialogicidade, inegavelmente, ampliam as possibilidades de intercâmbio, compartilhamento e transparência, em oposição à política do segredo. Desta passa-se a outro estágio – excesso de exposição, intromissão em campos privados e íntimos, propagação de assuntos e informações sem que se tenha tempo de conferir a veracidade e que se cristalizam como verdade. É o perigo da possibilidade de muitas versões sobre um mesmo objeto.

Assim, por um lado, a internet seria a “esfera da visibilidade” não somente do que interessa estar acessível e visível, a exemplo dos mídias a partir da sociedade de massa, mas, por outro, não seria exatamente o lugar do debate e da construção da opinião pública, apesar do potencial dos grupos de discussão e de outros recursos interativos. Formam-se, no ciberespaço, opiniões de grupos, importantes como tais, mas que não constituem a opinião pública em sua essência.

Nesse espaço virtual, estabelecem-se redes de debates, por área de interesse ou de conhecimento, que produzem e reproduzem sentidos, articulam, negociam e legitimam a diversidade temática, de valores, de necessidades e de conflitos do mundo da vida “real”. Além de tornarem tal diversidade visível ao mundo, muitas dessas redes tornam-se o único lugar, pela falta de outros espaços, de recursos, de oportunidades ou de iniciativas, onde determinados temas são problematizados, propostas são unificadas e a coesão é estabelecida. Nesse sentido, organizam-se como verdadeiros espaços públicos parciais,

que só existem virtualmente ou como extensões de espaços reais.

Em contrapartida, na internet também ocorre a invasão de interesses comerciais, o que pode torná-la um instrumento propício e um ambiente fecundo para o consumo, à semelhança do que aconteceu a veículos como os jornais e a televisão. O ator “mercado”, no processo de interação com outras formas de poder no espaço público, interfere no processo comunicacional e, por conseguinte, na organização e articulação da sociedade. Apesar de não ser apenas mais uma mídia, a internet abriga mídias e é um grande mercado aberto, propício à mercantilização de qualquer coisa, inclusive do que nunca antes havia sido mercantilizado. É, assim, um espaço de disputas pela visibilidade, que coloca lado a lado a discursividade crítica e o consumo irracional.

Conclusão

No percurso teórico de Habermas (1997, 2003), nota-se que a função original do espaço público burguês – pressionar o sistema político no que tange aos interesses públicos de bem estar comum - não é alterada em sua essência, mas sim atualizada em sua forma, conteúdo, ambiente e atores. O cerne das concepções sobre o espaço público, ao longo da sua evolução e construção teórica, permanece em torno das questões públicas, ainda que, em certos momentos, na verdade, sejam privadas disfarçadas de públicas.

A esfera pública burguesa era um espaço dito público, mas voltado para os interesses e os valores de uma única classe social. Era, portanto, uma arena de debate entre iguais, o que a tornava excludente. As modificações sofridas pelo espaço público

localizam-se nas relações entre as instituições políticas e as representações sociais, redesenhadas pelo cenário social, político e econômico e pelas formas de comunicação. Trata-se do surgimento de diferentes espaços de discussão e decisões, da inclusão de grupos antes marginalizados, do exercício da democracia, da edificação de renovados tipos de relacionamentos no tecido político-social e do alargamento de alternativas para o encaminhamento de questões sociais emergentes aos centros decisórios.

Os espaços públicos autônomos têm a capacidade de gerar um debate crítico na esfera pública maior, ao trazerem os conflitos da periferia para o centro da vida pública. A pluralidade coloca em convivência fóruns de discussão diversos e torna a esfera pública, em sua função de mediação, mais tolerante à inclusão de esferas informais do mundo da vida.

A pluralidade de espaços públicos é provocada pela “departamentalização” dos interesses em diferentes organizações e movimentos sociais, que passam a ter visibilidade perante o sistema social, político e administrativo e a representar novas formas de poder nas sociedades democráticas. O desenho de espaços públicos parciais parece se coadunar com o “fenômeno das especialidades” que caracteriza estes tempos em muitos campos do conhecimento e pode significar a tentativa de intervir junto ao poder público para resolver questões emergentes e urgentes, de criar lugares para as vozes não dominantes. O espaço público, mesmo plural, com outra forma e conteúdo, perpetua-se e mantém-se como princípio organizativo e fio condutor que movimenta a sociedade e que a revela politicamente.

As mudanças no espaço público, seja

a ampliação ou a fragmentação, ancoram-se na comunicação, ora expressa pela imprensa, ora pelas técnicas de comunicação associadas à imprensa, ora pela tecnologia que dá suporte àquela ou ainda por formas que imbricam todas essas dimensões. Nota-se, ainda, naquelas mudanças, assim como nas reconfigurações anteriores da esfera pública, a presença transformadora dos fatores econômicos e mercadológicos. São, também, variáveis importantes na ampliação do espaço público as alterações na estrutura social e nos conceitos de participação e de representação.

O número de partícipes nos processos decisórios ampliou-se à medida que os espaços comunicacionais foram modificados, as formas de organização coletivas reinventadas e outras relações de poder produzidas, com a contribuição das tecnologias de informação e de comunicação. São atores sociais que já não interagem individualmente, mas por meio de organizações independentes politicamente, marcadas por relações menos hierárquicas.

A multiplicidade de esferas públicas corresponde à multiplicidade de agentes sociais e políticos – o Estado, os meios de comunicação, os movimentos sociais, as organizações-não-governamentais, enfim, às redes sociais construtoras da história contemporânea. Evidenciam-se como agentes dotados de capacidade de comunicação, ação e intervenção que promovem a permanente mutação do espaço público, revitalizando e renovando a malha social, a partir não somente da busca de consensos, mas também dos antagonismos e conflitos inerentes à convivência de diferentes.

Sob essa perspectiva, tornar-se plural não enfraquece o espaço público, desde que a ca-

pacidade argumentativa permaneça. O núcleo de discussão e de argumentação dessa nova esfera pública divide-se entre os espaços públicos parciais, modificando a troca de opiniões e o processo decisório. Vê-se, nesse processo, o surgimento de novas formas e até uma certa “divisão” do poder. Se não divisão, pelo menos um caminho para a descentralização e democratização.

A pluralidade de espaços públicos inscreve-se na realidade social como reflexo das necessidades coletivizadas e características das sociedades contemporâneas, da diversidade de interesses, opiniões e discursos e das ferramentas tecnológicas disponíveis. Justifica-se, assim, não ser mais possível falar em público e, em consequência, em esfera pública, no singular. De uma forma simplificada, pode-se dizer, ainda, que o espaço público se perpetua, da maneira como aqui se expôs, por ser um desdobramento da continuação da vida social e política – representa a dinamicidade própria do processo social.

A presença da internet na vida contemporânea ainda divide opiniões: facilitadora do processo democrático, ilusão ou promessa? Como pano de fundo dessa discussão, tem-se o pensamento de Wolton (1999: 174-175):

O cerne do desafio que se coloca à comunicação não é técnico, tem antes a ver com a compreensão das relações entre os indivíduos (modelo cultural) e entre estes e a sociedade (projecto social).[...]O essencial da comunicação não é de ordem técnica, mas de ordem antropológica e cultural, e é por essa razão que o desempenho das

tecnologias nunca poderá substituir a lentidão e as imperfeições da comunicação humana[...]. Fala-se, por exemplo, da democracia eletrônica para compensar a crise de participação política.[...]A maior parte da vezes, atribui-se à tecnologia a capacidade para resolver um problema social ou político[...].”

Bibliografia

- ESTEVEVES, J. P.(2007), Os novos media na perspectiva da democracia deliberativa: sobre redes e tecnologias de informação e comunicação, In: PIRES, E. B. (org.), Espaços públicos, poder e comunicação, Porto: Edições Afrontamento, 209-224.
- GOMES, W. (2006), Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política, In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S., Mídia, esfera pública e identidades coletivas, Belo Horizonte, MG: UFMG, 49-62.
- . (1998), Esfera pública política e media: Com Habermas, contra Habermas, In: RUBIM, A.A.C.; BENTZ, I. M. G.; PINTO, M. J., Produção e recepção dos sentidos midiáticos, Petrópolis, RJ: Vozes, 155-186.
- GRAU, N. C.(1998), Repensando o público através da sociedade, Rio de Janeiro: Revan.
- HABERMAS, J. (1997), Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade (v. II), Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- . (2003), Mudança Estrutural na Esfera Pública, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- KEANE, J. (2001), A sociedade civil: velhas imagens e novas visões, Lisboa: Temas e Debates.
- LINHARES, R.N.(2006), Internet e ação comunicativa como elemento do espaço público sob uma perspectiva habermasiana: crise e transição, In: SOUSA, M. W.(org.), Recepção midiática e espaço público: novos olhares, São Paulo: Paulinas, 157-178.
- LUBENOW, J. A. (2007), Categoria de Esfera Pública em Jürgen Habermas, Tese de Doutorado (Universidade Estadual de Campinas), disponível em: <http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=37247804> [consultado a 3 de Junho de 2009].
- MIÈGE, B. (1999), O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado, In: Novos olhares: revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos, 3:4-11.
- REZENDE, F.(2005), A comunicação social e o espaço público contemporâneo, disponível em: http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu_n10_resende.pdf [consultado a 12 de Junho de 2009].
- SILVA, F. C.(2002), Espaço Público em Habermas, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SILVEIRINHA, M. J. (2004), Identidades, Media e Política, O Espaço Comunica-

cional das Democracias Liberais, Lisboa: Livros Horizonte.

SILVEIRINHA, M. J. (2009), *Novos Media, Velhas, Questões*, disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-novos-media-velhas-questoes.html> [consultado em 21 de Maio de 2009].

THOMPSON, J. B. (1998), *A mídia e a modernidade, Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.

WOLTON, D. (1999), *E depois da Internet?*, Miraflores: Difel.

— (2005), In: MONTARDO, S. P., *Elogio do humanismo radical*. Entrevista com Dominique Wolton, *Revista FAMECOS*, Porto Alegre nº 27, agosto 2005, disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3316/2575> [consultado a 3 de Março de 2010].

— (2006), *É preciso salvar a comunicação*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.